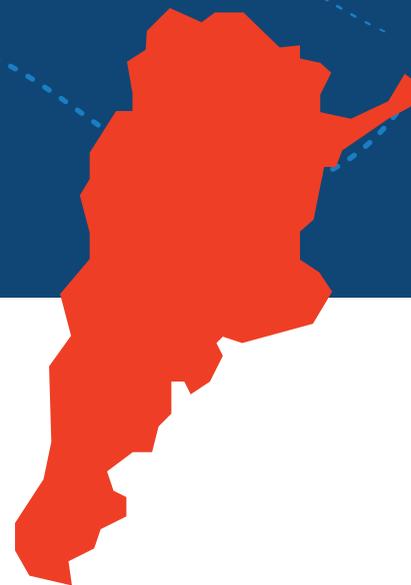




# OBSERVATÓRIO LABORAL DAS AMÉRICAS



## Ficha informativa país 2021 Argentina



### Extensão territorial:

2'780.400 Km<sup>2</sup>.



### População (censo 2010):

45.808.747 pessoas<sup>1</sup>.



### População estimada 2021:

13.300.000 pessoas.



### População economicamente ativa:

13'300.000 personas



### Produto Interno Bruto (PIB) 2020:

389,59 bilhões de dólares, a preços atuais<sup>2</sup>.



### PIB segundo trimestre 2021:

A estimativa mostra um crescimento de 17,9% com relação ao mesmo período do ano anterior.

### Composição da população (censo 2010):



51,3% de mulheres

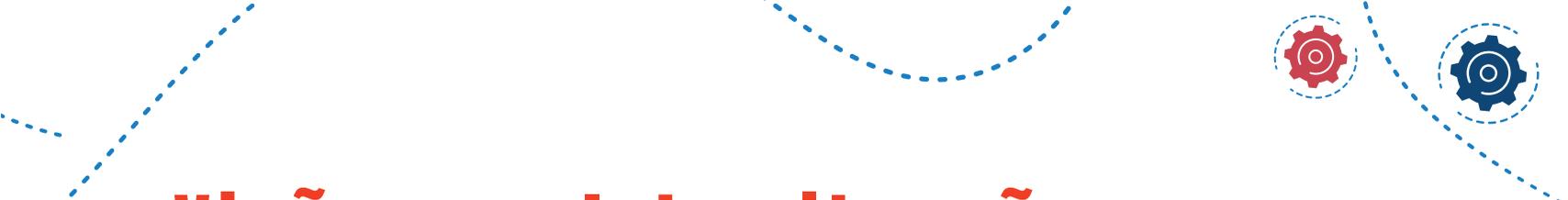


47,6% de homens

<sup>1</sup>A construção desta seção é realizada com dados oficiais do Instituto Nacional de Estatística e Censos (INDEC) da República da Argentina.

<sup>2</sup><https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/perfil-nacional.html?theme=2&country=arg&lang=es>





# Visão geral da situação socioeconômica

## Emprego

No segundo trimestre de 2021, a taxa de emprego – que mede a proporção de pessoas ocupadas com relação à população total – foi de 41,5%, equivalente a 12 milhões de pessoas. A taxa de atividade das mulheres foi 48,4%, e a dos homens foi 69,1%.

## Desemprego

No segundo trimestre de 2021, a taxa de desocupação – pessoas que não têm ocupação, estão disponíveis para trabalhar e buscam emprego ativamente, foi de 9,6%. Essa porcentagem equivale a 1.300.000 pessoas. A taxa de desocupação foi de 10,4% para as mulheres, e de 9,0% para os homens.

## População inativa

15.600.000 pessoas.

## Informalidade

3.300.000 pessoas, equivalente a 27,4% da população ocupada, são trabalhadoras/es não assalariadas/os.

## Pobreza

Para os 31 aglomerados urbanos, 11.726.794 pessoas se encontram abaixo da linha de pobreza; e, dentro desse conjunto, 3.087.427 pessoas em pobreza extrema. Com relação ao segundo semestre de 2020, a incidência da pobreza registrou uma redução de 1,4 pontos percentuais. Por outro lado, a pobreza extrema aumentou 0,2%.



# Temas destacados da conjuntura 2021

A crise global da saúde teve um impacto muito forte na economia argentina, registrando em 2020 uma queda do PIB de 9,9%. Embora a economia tenha apresentado uma melhora no final do primeiro semestre de 2021, ainda se encontra 3,3% abaixo da tendência que mantinha antes da pandemia.

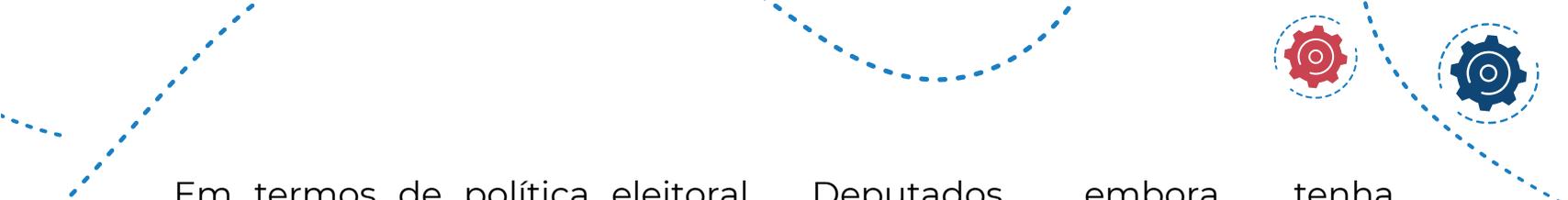
O governo de Fernández, que derrotou o neoliberalismo de Macri nas eleições presidenciais, projeta uma melhora da receita primária da Argentina, como resultado principalmente da combinação de três aspectos: a implementação de programas emergenciais; o aumento dos preços internacionais das matérias-primas; e a implementação do imposto sobre grandes fortunas.

Apesar dos difíceis momentos vividos em 2020, a economia argentina vislumbra a possibilidade de recuperação a partir da produção de alimentos, das manufaturas e da inovação no setor das tecnologias.

As estatísticas mostram que a pobreza na área urbana atinge 40,6% da população e, dentro dessa porcentagem, 10,7% das pessoas está na pobreza extrema, situação explicada pela pandemia e pelo colapso econômico resultante da administração imediatamente anterior.

O governo de Fernández concluiu este ano o processo de reestruturação da dívida local e externa em moeda estrangeira.





Em termos de política eleitoral, o partido do governo sofreu um importante revés nas eleições Primárias Abertas, Simultâneas e Obrigatórias (PASO), realizadas no mês de setembro. A coalizão de oposição Juntos pela Mudança se impôs na maioria das províncias e na cidade de Buenos Aires, que concentra a maioria da população. Porém, nas eleições realizadas no mês de novembro – após as primárias que elegeram as/os candidatas/os ao Congresso para esta nova disputa – o governo obteve uma recuperação na cidade de Buenos Aires, que lhe permitiu permanecer como principal força na Câmara dos

Deputados, embora tenha perdido o quórum no Senado, que lhe permite discutir projetos de lei sem recorrer ao apoio de outros partidos.

Sobre outros aspectos de grande importância, em 14 de janeiro de 2021 entrou em vigor a descriminalização do aborto para todos os casos (Lei 26.710), após receber a aprovação do presidente. Essa conquista do movimento feminista argentino, por sua vez, foi um marco na luta feminista na América Latina. A lei aprovada permite às argentinas abortar de forma legal, livre e gratuita até a 14ª semana.





# Ações e denúncias sindicais (nacionais e internacionais) e de outros setores sociais

A pandemia exacerbou as desigualdades na região. O movimento sindical na Argentina tem denunciado a dívida impagável e odiosa com a qual continuam sendo geradas dificuldades para um reajuste da macroeconomia, e com uma alta carga dessa dívida sobre a classe popular. Além disso, estão submetidas/os às imposições das políticas do Fundo Monetário Internacional.

Continuam aumentando as denúncias na OIT provenientes da região como consequência da sistematicidade na violação dos direitos da classe trabalhadora. A Argentina continua com a política

de defesa das organizações e a incorporação de mais setores sociais em torno da exigibilidade dos direitos.

Também são denunciadas as tentativas de utilizar formas de associação como as cooperativas e as formas de desenvolvimento do cooperativismo, para convertê-las em processos de fraude trabalhista e de benefício dos grandes capitais através da terceirização do trabalho. Os sindicatos consideram que a história de luta das cooperativas não pode agora ser manipulada e convertida em instrumento de precarização no mundo do trabalho.





# Propostas e iniciativas sindicais

O sindicalismo na Argentina coincide na necessidade de aprofundar os caminhos de construção da solidariedade no país, na região e no plano internacional, uma solidariedade ativa, efetiva e profunda. Para isso é necessário construir sindicatos mais fortes com senso de unidade.

Os sindicatos consideram que os processos de construção unitária devem ocorrer com pluralismo e garantindo os consensos como base das ações sindicais. A unidade necessária para a disputa contra as transnacionais e a impunidade é condição necessária a aliança com diferentes movimentos sociais que dialoguem com as estruturas sindicais e retroalimentem as visões e posições para lutar contra as desigualdades reinantes no país e na região.

A unidade permitirá enfrentar a pandemia do neoliberalismo e a de COVID-19, e as consequências da transnacionalização e a concentração do capital geradas por elas. Destaca-se então a formação política como realização para a transformação sindical e a consolidação de novas formas de organização e participação das/os trabalhadoras/es. Propõe-se desenvolver toda a incidência política possível para assegurar que, na Organização Internacional do Trabalho (OIT), seja eleita uma pessoa para dirigi-la sem defender interesses setoriais e gerar processos de divisão dentro da classe trabalhadora, e o desmembramento dos processos históricos.

Uma importante iniciativa sindical ocorre no campo da comunicação, tanto no plano das





filiadas quanto no internacional. A mudança de paradigma do último período requer esforços e ênfase na construção da ação comunicativa. O imediatismo atual é uma vantagem, mas também gera dissociações com espaços do concreto, em uma tempestade digital que une a alta porcentagem de pessoas que trabalham a distância. Portanto, é necessário habilitar ferramentas tecnológicas, mas principalmente de processo, para que a comunicação no movimento sindical permita um diálogo assertivo e a criação de respostas para a crise.

O fortalecimento do movimento sindical no plano internacional é outra das propostas do sindicalismo na Argentina. Nesse sentido, propõe-se continuar o caminho de articulação na exigência e definição de uma transição justa baseada na luta contra a privatização das empresas, no controle da produção e na geração de trabalho digno, ressignificando a categoria da justiça social.

Por outro lado, a disputa pela democracia é outra iniciativa vigente. É fundamental o debate para a criação de estados plurinacionais e multiculturais, em que a participação através do diálogo social se materialize na construção da política pública com contribuições significativas do mundo sindical.

É importante continuar a promoção de formas alternativas de mobilização diante dos cenários de restrições à mobilidade. Na Argentina, o sindicalismo tem incidido na agenda governamental e político-social com participação direta e efetiva em campanhas como a realizada para taxar com impostos as grandes fortunas.

Nesse mesmo campo de ação, o sindicalismo vem debatendo e enfatizando a redução da jornada de trabalho, que se mantém com o regime das 48 horas semanais no país. Foi proposta a redução para 40 horas, apesar dos obstáculos permanentes colocados pelos empresários. O sindicalismo



continua exigindo que a redução de horas não esteja condicionada à redução salarial, pois se busca a melhoria das condições de trabalho e não o detrimento da renda da classe trabalhadora para garantir a acumulação empresarial.

Embora a luta das mulheres no país tenha tido mudanças positivas, o sindicalismo propõe continuar o apoio intersetorial e as alianças com organizações de mulheres também para o intercâmbio de capacitação.

Outra das iniciativas é em torno da continuidade no debate sobre a Agenda 2030 e os Objetivos de

Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, principalmente para continuar gerando análise em contraste e consonância com a visão construída pela CSA e suas filiadas, em geral com a Plataforma de Desenvolvimento das Américas (PLADA), e em particular com a visão de Desenvolvimento Sustentável que ali foi construída a partir da perspectiva da classe trabalhadora e uma importante articulação e definição coletiva com os principais movimentos sociais da região e do Continente articulados na *Jornada Continental pela Democracia e contra o neoliberalismo*.



8



Apoia

